



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000650-23.2018.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição geral ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Única da comarca de Campo Erê

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 19/2018-CGJ

Período da correição: 2-7-2018 a 31-8-2018

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Sônia Eunice Odwazny

Assessora Técnica Correicional: Débora Zitta

Assessor Jurídico: Caroline Matos



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 107/2018 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

DADOS DA UNIDADE

Comarca: Campo Erê

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: Campo Erê, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso e São Bernardino

Juiz titular: Valter Domingos de Andrade Junior.

Chefe de cartório: Flavio Gaiari Vivi

Última correção por equipe da CGJ/SC: Correção Virtual de 2-5-2016 a 4-7-2016, nº: 0000404-95.2016.8.24.0600.

Competência: Vara Única.

Não há resolução que tenha incluído a unidade em Divisão de Tramitação Remota - DTR

Entrância: Inicial



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos físicos+eletrônicos

	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.580	2.480
1.1.2	Processos em andamento	2.198	2.125
1.1.3	Procedimentos em andamento	382	355

Observações

a) Primeira verificação:

a.1) informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: Junho de 2018 (fl. 18).

a.2) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 200 referem-se a processos do juizado especial cível e 144 referem-se a processos do juizado especial criminal.

a.3) Segundo dados extraídos do Programa Inspeção Virtual em 25-6-2018, há 250 processos com as classes "Execução Fiscal", "Embargos à Execução Fiscal" e "Embargos Infringentes na Execução Fiscal". Destes, 1 está no fluxo "DTR-Fiscal".

a.4) A unidade possui 353 processos de execução fiscal sobrestados. Nesta situação, o SAJ Estatística considera os que estão "suspensos" e "arquivados administrativamente" no final do período.

b) Segunda verificação:

b.1) informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: Agosto de 2018 (fl. 136).

b.2) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 207 referem-se a processos do juizado especial cível e 117 referem-se a processos do juizado especial criminal.

b.3) Segundo dados extraídos do Programa Inspeção Virtual em 30-8-2018, há 202 processos com as classes "Execução Fiscal", "Embargos à Execução Fiscal" e "Embargos Infringentes na Execução Fiscal".

b.4) A unidade possui 386 processos de execução fiscal sobrestados. Nesta situação, o SAJ Estatística considera os que estão "suspensos" e "arquivados administrativamente" no final do período.

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos eletrônicos

	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.574	2.477
1.2.2	Processos em andamento	2.193	2.123
1.2.3	Procedimentos em andamento	381	354

Observações

a) Primeira verificação: Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara): Mês de referência: Junho de 2018. (fl. 18)

b) Segunda verificação: Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara): Mês de referência: Agosto de 2018. (fl. 136)

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Gabinete

Processos conclusos



	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	341	117
1.3.1.1	Quantidade total de processos físicos com o juiz	-	0
1.3.1.2	Quantidade total de processos eletrônicos com o juiz	341	117

Observações

- a) Primeira verificação: mês de referência Junho de 2018.
- b) Segunda verificação: mês de referência Agosto de 2018.

Audiências

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.2	Audiências com situação 'pendente' há mais de 30 dias	0	0

Observações

- a) Padrão de conformidade (item 1.3.2): o relatório não deve trazer registro.
- b) Primeira verificação em 25/06/2018.
- c) Segunda verificação em 30/08/2018.

	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.3.3	Quantidade de audiências designadas	245	265

Observações

- a) Primeira verificação: data da audiência mais longínqua: 10/10/2018. (fls. 19-24).
- b) Segunda verificação: data da audiência mais longínqua: 13/11/2018. (fls. 137-142).

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL-Processos distribuídos

	Indicador	Total	Média Mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2016	3.840	320,00
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2017	2.589	215,75
1.4.3	Janeiro a julho de 2018	1.472	210,29

Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.

1.5 FILAS DE TRABALHO-Processos eletrônicos

	Indicador	Segunda Verificação
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias Cível - Genérico - Processo	276
1.5.1.1	Ag. Encerramento do Ato	-
1.5.1.2	Cartório - Ag. Audiência	3
1.5.1.3	Cartório - Ag. Pagamento - Precatório/RPV	7
1.5.1.4	Cartório - Ag. Prazo	69
1.5.1.5	Cartório - Análise do Trânsito em Julgado	1
1.5.1.6	Cartório - Escrivão	1
1.5.1.7	Cartório - Processos a enviar ao TRF4	1
1.5.1.8	Cartório - SIDEJUD - Ag. Expedir Alvará	5



1.5.1.9	Concluso para Despacho - Emenda da Inicial	0
1.5.1.10	Gabinete - Assinatura do Juiz - Despacho	0
1.5.1.11	Gabinete - Concluso - Análise Inicial	0
1.5.1.12	Gabinete - Concluso - Despacho	2
1.5.1.13	Gabinete - Concluso 1	1
1.5.1.14	Lista Pública	1
1.5.1.15	Processos a enviar ao TRF4	0
1.5.1.16	Sistema - Com Classe Alterada	0
1.5.1.17	Sistema - Redistribuído/Transferido	4
	Criminal - Genérico - Processo	
1.5.1.18	Ag. Encerramento do Ato	0
1.5.1.19	Cartório - Ag. Prazo	1
1.5.1.20	Cartório - Análise do Trânsito em Julgado	3
1.5.1.21	Cartório - Cumprir Audiência	0
1.5.1.22	Cartório - Escrivão	0
1.5.1.23	Cartório - Remetidos à Delegacia de Polícia	55
1.5.1.24	Cartório - SIDEJUD - Ag. Expedir Alvará	1
1.5.1.25	Gabinete - Concluso - Sentença	1
1.5.1.26	Lista Pública	1
	Execução Fiscal - Processos	
1.5.1.27	Ag. Encerramento do Ato	0
1.5.1.28	Cartório - Ag. Análise	1
1.5.1.29	Cartório - Ag. Prazo	45
1.5.1.30	Cartório - Hasta Pública	2
1.5.1.31	Cartório - Processo Suspenso - Art.40 LEF	19
1.5.1.32	Cartório - SIDEJUD - Ag. Expedir Alvará	1
1.5.1.33	Gabinete - Concluso - Despacho	0
1.5.1.34	Gabinete - Concluso - Sentença	1
1.5.1.35	Lista Pública	1
	Execução Fiscal Automatizado - Fase de Expropriação e	
1.5.1.36	Cartório - Análise do Trânsito em Julgado	1
	Execução Penal - Processo	
1.5.1.37	Cartório - Ag. Análise	2
1.5.1.38	Cartório - Ag. Prazo	2
1.5.1.39	Cartório - Cumprir - Urgente	1
	Família - Processo	
1.5.1.40	Cartório - Ag. Prazo	11
1.5.1.41	Cartório - Ag. Prisão	7
1.5.1.42	Cartório - Análise do Trânsito em Julgado	0
1.5.1.43	Gabinete - Concluso - Sentença	0
1.5.1.44	Lista Pública	0
	Infância e Juventude - Processo	
1.5.1.45	Cartório - Ag. Prazo	8
1.5.1.46	Cartório - Escrivão	1
	Juizado Especial Cível - Processo	
1.5.1.47	Cartório - Ag. Prazo	2
1.5.1.48	Gabinete - Concluso - Sentença	0
1.5.1.49	Lista Pública	0



1.5.1.50	Sistema - Ag. Impressão - Vara Juizado Especial Criminal - Processo	2
1.5.1.51	Cartório - Ag. Audiência	1
1.5.1.52	Cartório - Ag. Prazo	2
1.5.1.53	Cartório - Remetidos à Delegacia de Polícia	2
1.5.1.54	Lista Pública Juizado Especial Fazendário - Processo	1
1.5.1.55	Cartório - Ag. Pagamento - Precatório/RPV	1
1.5.1.56	Gabinete - Concluso - Sentença	0
1.5.1.57	Lista Pública Penas Pecuniárias - Processo	3
1.5.1.58	Cartório - Processo Angariador	2

Observações

a) Algumas filas do fluxo de trabalho foram analisadas, constatando-se o que segue:

a.1) Verificação 1 realizada em: 25-6-2018.

a.2) Verificação 2 realizada em: 30-8-2018.

b) FILAS DE PROCESSO

b.1) CUMPRIR URGENTE:

Verificação 1: existem 13 processos na fila. O mais antigo data de 3-4-2018.

Verificação 2: existem 17 processos na fila. O mais antigo data de 19-4-2018. O segundo mais antigo data de 6-8-2018.

c) FILA PETIÇÃO INTERMEDIÁRIA

c.1) AG. ANÁLISE - JUNTADA AUTOMÁTICA:

Verificação 1: existem 7 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 22-6-2018.

Verificação 1: existem 23 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 28-8-2018.

c.2) AG. ANÁLISE - PETIÇÕES DIVERSAS:

Verificação 1: existem 11 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 12-6-2018.

Verificação 1: existem 9 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 29-8-2018.

1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	89	12
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade	3,45%	0,48%

Observações

a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.

b) Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.

c) Primeira verificação: dados obtidos em 25/06/2018 (fls. 25-29).



d) Segunda verificação: dados obtidos em 30/08/2018 (fls. 143-146).

1.6.2 Processos sem movimento há mais de 365 dias por ano da última movimentação (Data da movimentação mais antiga: --/--/----)

Processos físicos e eletrônicos em gabinete

		Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.6.2.1	Ano da última movimentação	-	-

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- b) Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
- c) Primeira verificação: dados obtidos em 25/06/2018.
- d) Segunda verificação: dados obtidos em 30/08/2018.

Processos físicos e eletrônicos em cartório

		Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.6.2.2	Ano da última movimentação		
1.6.2.2.1	2015	6	0
1.6.2.2.2	2016	2	0
1.6.2.2.3	2017	1	0
1.6.2.2.4	Total	9	0

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- b) Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
- c) Primeira verificação: dados obtidos em 25/06/2018 (fls. 30-32).
- d) Segunda verificação: dados obtidos em 30/08/2018.

	Indicador	Primeira Verificação	Segunda Verificação
1.6.3	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	11	13
1.6.4	Processos com a classe 'Habilitação para adoção' em andamento e distribuídos há mais de 365 dias	1	1
1.6.5	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas)	18	16
1.6.6	Meta 2 – Julgar processos mais antigos - Identificar e julgar, até 31/12/2017: no 1º grau, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013 e nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014	54	54
1.6.7	Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa: Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2014, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão	12	12



- 1.6.8 Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas – Julgar, até 31/12/2017, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau 2 2

Observações

- a) Padrão de conformidade (itens 1.6.3, 1.6.4, 1.6.5): o relatório não deve trazer registro.
b) Primeira verificação em 25/06/2018. (fls. 33-39)
b.1) Item 1.6.3 - data da distribuição mais antiga: 05/07/2012
b.2) Item 1.6.4 - data da distribuição mais antiga: 24/04/2017
b.3) Itens 1.6.6 a 1.6.8: dados do mês de dezembro de 2017, extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.
c) Segunda verificação em 30/08/2018 (fls. 147-153).
c.1) Item 1.6.3 - data da distribuição mais antiga: 05/07/2012
c.2) Item 1.6.4 - data da distribuição mais antiga: 24/04/2017
c.3) Itens 1.6.6 a 1.6.8: dados do mês de dezembro de 2017, extraídos do site desta Corregedoria (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.

PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período : 01/01/1900 a 31/05/2018)	Primeira verificação	Segunda verificação
	Peticionamento eletrônico (registro mais antigo: 25/02/2014)	37	30
	Petição Intermediária (registro mais antigo: 09/01/2012)	618	336
	Mandados (registro mais antigo: 07/05/2014)	1	0
	AR (registro mais antigo: 29/08/2013)	5	3

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.
b) Primeira verificação em 25/06/2018. (fls. 40-50)
b.1) Ressalta-se que do total de 618 pendências de petições intermediárias, 239 referem-se efetivamente a petições pendentes de juntada. As demais pendências referem-se a cadastro de advogado, que são geradas automaticamente pelo sistema.
c) Segunda verificação em 30/08/2018 (fls. 154-160).
c.1) Ressalta-se que do total de 336 pendências de petições intermediárias, 123 referem-se efetivamente a petições pendentes de juntada. As demais pendências referem-se a cadastro de advogado, que são geradas automaticamente pelo sistema.

AJUSTE DE MOVIMENTAÇÃO



	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Processos ativos com localização física 'arquivo administrativo', 'arquivo central' ou 'sala de arquivo'	0	0
1.6.11	Processos ativos com localização física 'Superior Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça', 'Tribunal de Justiça - Cerc', 'Tribunal Regional Federal' ou 'Turma de	0	0
1.6.12	Processos ativos com localização física 'cartório - processo suspenso', 'cartório - suspenso (art. 366 CPP)' ou 'cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)'	0	0
1.6.13	Processos ativos com localização física 'devolvido à origem', 'entregue à parte' ou 'remetido'	0	0
1.6.14	Processos principais ativos com execução de sentença iniciada	18	10

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- Primeira verificação em 25/06/2018. (fl. 51)
- Segunda verificação em 30/08/2018 (fl. 161).

MANDADOS

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.15	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	56	104

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.
- Primeira verificação em 25/06/2018. (fls. 52-53)
 - Mandado mais antigo: 23/01/2017.
- Segunda verificação em 30/08/2018 (fls. 162-164).
 - Mandado mais antigo: 27/04/2017.

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor		Segunda Verificação	
		Primeira Verificação	Total	Total	+100d
1.6.16	Outros setores				
1.6.16.1	Cartório - Ministério Público	160	16	146	19
1.6.16.2	Cartório - Serviço Social	10	0	11	0
1.6.16.3	Contadoria - Cálculos e Atualizações	18	0	14	0
1.6.16.4	Contadoria - Custas Finais	55	0	68	0
1.6.16.5	Contadoria - Custas Intermediárias	0	0	3	0
1.6.16.6	Contadoria - Iniciais	1	0	0	0
1.6.16.7	Contadoria - Intermediárias	19	0	0	0
1.6.16.8	Distribuição	1	0	3	0
1.6.16.9	Petição Inicial - Ag.	0	0	0	0



Digitalização

Observações

- a) Primeira verificação em Junho de 2018 (fl. 54).
- b) Segunda verificação em Agosto de 2018 (fl. 165).

PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

1.6.17 Quantidade total de processos em carga

Indicador	Valor		Segunda verificação	
	Primeira verificação		Total	+100d
Local	Total	+100d	Total	+100d
		0		0

Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ

Observações

- a) Unidade 100% digital.

1.6.18 Processos com mesmo local físico há mais de 30 dias

Indicador	Valor		Segunda verificação	
	Primeira verificação		Total	+30d
	Total	+30d	Total	+30d
Atendimento				
1.6.18.1 Cartório - Recebido do Advogado	0	0	0	0
1.6.18.2 Cartório - Recebido do Contador	0	0	0	0
1.6.18.3 Cartório - Recebido do Juiz	0	0	0	0
1.6.18.4 Cartório - Recebido do Promotor	0	0	0	0
Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.18.5 Cartório - Ag. confecção de relação	0	0	0	0
1.6.18.6 Cartório - Aguardando	0	0	0	0
1.6.18.7 Cartório - Aguardando AR	0	0	0	0
1.6.18.8 Cartório - Aguardando carta precatória	0	0	0	0
1.6.18.9 Cartório - Aguardando mandado	0	0	0	0
1.6.18.10 Cartório - Aguardando publicação relação	0	0	0	0
1.6.18.11 Cartório - Arquivar	0	0	0	0
1.6.18.12 Cartório - Escaninho Delegacia	0	0	0	0
1.6.18.13 Cartório - Escaninho do Advogado	0	0	0	0
1.6.18.14 Cartório - Escaninho do Juiz	1	0	0	0
1.6.18.15 Cartório - Escaninho do Promotor	0	0	0	0



1.6.18.16	Cartório - Escaninho Juiz (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.18.17	Cartório - Mesa do Escrivão	0	0	0	0
1.6.18.18	Cartório - Mesa do Escrivão(assinaturas)	0	0	0	0
1.6.18.19	Cartório - Mesa 01 a 10	0	0	0	0
1.6.18.20	Cartório - Prazo 1 a 31 Expedição/cumprimento	2	0	0	0
1.6.18.21	Cartório - Cumprir despacho	0	0	0	0
1.6.18.22	Cartório - Cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.18.23	Cartório - Expedir alvará	0	0	0	0
1.6.18.24	Cartório - Expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.18.25	Cartório - Expedir edital	0	0	0	0
1.6.18.26	Cartório - Expedir formal	0	0	0	0
1.6.18.27	Cartório - Expedir mandado	0	0	0	0
1.6.18.28	Cartório - Expedir precatória Organização/juntada	0	0	0	0
1.6.18.29	Cartório - Aguardando Juntada	0	0	0	0
1.6.18.30	Cartório - Aguardando petição	0	0	0	0
1.6.18.31	Cartório - Aguardando resposta de ofício	0	0	0	0

Observações

- Unidade 100% digital.
- Primeira verificação em 25/06/2018 (fls. 55-56).
- Segunda verificação em 30/08/2018.
- Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".

1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	426	14
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	251	252
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	238	219
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros	0	0



Observações

- a) Padrão de conformidade:
a.1) Itens 1.7.1 a 1.7.6: o relatório não deve trazer registro.
a.2) Item 1.7.7: O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC.
b) Primeira verificação em 25/06/2018 (fls. 57-59).
c) Segunda verificação em 30/08/2018 (fls. 166-168).

1.7.8	Réu Preso Provisório	19	17
	Réu Preso Definitivo	80	84
	Total	99	101

Observações

- a) Padrão de conformidade: O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.
b) Primeira verificação em 25/06/2018 (fls. 60-63).
c) Segunda verificação em 30/08/2018 (fls. 169-172).

1.7.9 [REDACTED]

1.7.10 [REDACTED]

1.7.11 [REDACTED]

Observações

- a) Primeira verificação em 25/06/2018 (fls. 64-86).
a.1) Item 1.7.11: [REDACTED]
b) Segunda verificação em 30/08/2018 (fls. 173-193).
b.1) Item 1.7.11: [REDACTED]



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1 Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	396	388

Observações

a) Padrão de conformidade: os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.

b) O relatório de bens do SNBA (pesquisar bens) e do SAJ (████████████████████) apresentam o registro de bens cadastrados. Entretanto, no SNBA, o "registro" equivale ao número de categorias de bens cadastradas (aeronaves, alimentos, etc) nos processos. Por sua vez, no SAJ, o "registro" representa o número de categorias de bens cadastradas (██████████ imóveis, etc) e ao número de descrições inseridas em cada categoria. Desse modo, os registros apontados pelos sistemas não serão equivalentes. Isso não exime, contudo, a necessidade de cadastro e de atualização dos sistemas, cabendo a unidade conferir a regularidade.

c) Primeira verificação em 25/06/2018 (fl. 87).

d) Segunda verificação em 30/08/2018 (fl. 194).

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.2 Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	Alimentado	Alimentado

Observações

a) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

b) Primeira verificação em 25/06/2018.

c) Segunda verificação em 30/08/2018.

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.3 Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	-	-

Observações

a) Primeira verificação em 25/06/2018 (fl. 88).

b) Segunda verificação em 30/08/2018.

c) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas pelo magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

d) Não há estabelecimentos penais registrados.

Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado

Observações

a) Primeira verificação em 25/06/2018 (fls. 89-90).



a.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

a.1) Unidades com competência para Fazenda Pública: a consulta ao SAJ (período 1-1-2015 a 22-6-2018) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que o processo n. [REDACTED] é passível de registro no CNCIAI do CNJ. O referido processo não foi cadastrado no sistema.

a.2) Unidades com competência Criminal: em consulta ao SAJ (período 1-1-2015 a 22-6-2018), por amostragem nos processos [REDACTED] e [REDACTED] verificou-se que nenhum processo foi cadastrado no CNCIAI.

b) Segunda verificação em 30/08/2018 (fls. 195-196).

b.1) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

b.1) Unidades com competência para Fazenda Pública: em consulta ao CNCIAI, verificou-se que o processo que foi analisado na primeira verificação foi cadastrado no sistema.

b.2) Unidades com competência Criminal: em consulta ao CNCIAI, verificou-se que os processos que foram analisados na primeira verificação ainda não foram cadastrados no sistema.

1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	Alimentado	Alimentado

Observações

a) Padrão de conformidade: as informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.

b) Primeira verificação em 25/06/2018 (fls. 91-107).

b.1) Existem 2 programas institucionais de acolhimento e/ou programas de acolhimento familiar cadastrados no sistema (Casa Lar - CRESIM e Programa Família Acolhedora de Saltinho. O abrigo Casa Lar está atualizado e no abrigo Programa Família Acolhedora não existem crianças acolhidas.

c) Segunda verificação em 30/08/2018 (fls. 197-215).

c.1) Existem 2 programas institucionais de acolhimento e/ou programas de acolhimento familiar cadastrados no sistema (Casa Lar - CRESIM e Programa Família Acolhedora de Saltinho. O abrigo Casa Lar está atualizado e no abrigo Programa Família Acolhedora não existem crianças acolhidas.



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido prazo a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 06 de setembro de 2018.

Débora Zitta
Assessora Técnica Correicional - Mat. 5.701

Caroline Matos
Assessor Jurídico - Mat. 42.226